



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**CONFLITO, SPOILERS E SEGURANÇA HUMANA:
ESTUDO DE CASO DO LESTE DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DO CONGO**

FRANCISCA KIDIENGA TUNGUMUNA

OUTUBRO – 2014



**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**CONFLITO, SPOILERS E SEGURANÇA HUMANA:
ESTUDO DE CASO DO LESTE DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DO CONGO**

POR FRANCISCA KIDIENGA TUNGUMUNA

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSORA DOUTORA JOANA HELENA MARIA FAJARDO
PACHECO PEREIRA LEITE**

OUTUBRO - 2014

Dedicatória

À minha amada mãe.

AGRADECIMENTOS

Nesta seção endereço-me a todas as pessoas que, ao longo do meu Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, contribuíram para a realização de mais esta etapa da minha formação académica. Deste modo, expresso em parcas, mas sentidas palavras, todo o meu reconhecido agradecimento.

Agradeço profundamente à Professora Doutora Joana Pereira Leite, pela sua orientação, dedicação, incentivo, profissionalismo e disponibilidade total.

Um agradecimento muito especial aos meus irmãos, Arnaldo, Hugo e Tomás pelo amor demonstrado e pelo apoio incessante em todos os momentos da minha formação. Assim como, ao meu pai pelo seu espírito crítico e incentivo à conclusão.

Aos restantes familiares, estou agradecida pelas palavras de encorajamento. Entre eles destaco, sobretudo, a minha avó Joanna Beatriz. Não esquecendo o carinho dos meus primos Jossart, Orphée, Flavie, Cléa, Nancy, Aldina, Anita, Enzo e Cláudio. E, ainda, dos meus tios Joseph, Nestor, Idrissa, *Thérèse*, Madalena e Clémence.

Aos jovens Ômega estou grata pelo apoio incondicional. À Jéssica Mehta, um agradecimento especial pela força e amizade. Ao Peter, Christian e Fábio, agradeço por terem estado presentes nesta longa caminhada.

Ao David Saraiva um agradecimento especial por ter sido fundamental nesta fase de conclusão. À Valentina Rossi e Cármen Esteves pela amizade e apoio prestado.

Aos meus queridos colegas de Mestrado um Muito Obrigado pelo companheirismo, espírito crítico e entreajuda. Um agradecimento especial às minhas colegas de curso Lúcia e Hao pela amizade incondicional e por todos os momentos bons, maus e hilariantes passados ao longo destes dois anos.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo central analisar as motivações e as ações dos presumíveis *spoilers* no leste da RD Congo e o seu impacto no desenvolvimento humano.

A relevância do assunto justifica-se pelos escassos trabalhos científicos e acadêmicos que focam, simultaneamente, as ações e motivações dos presumíveis *spoilers*, a estratégia de pacificação e o modo como afetam o desenvolvimento humano. A maioria dos estudos realizam análises de *cross-country* que tendem a menosprezar as especificidades inerentes ao caso.

Pelo que este trabalho trata-se de um “estudo de caso” que foca as ações dos grupos CNDP e M23 entre 2006 e 2013, na região do Kivu. A problemática de análise assenta na discussão teórico-conceitual de violência armada, segurança humana, vulnerabilidade e resiliência humanas, *spoilers* e das motivações subjacentes ao eclodir e prolongamento dos conflitos internos.

Os resultados permitiram verificar que a história e a geopolítica assumem-se relevantes na compreensão das motivações e das ações de ambos os grupos que têm na sua base, tanto o *ressentimento* como a *ganância* e, também, que as estratégias de pacificação adotadas não têm implicado o comprometimento mútuo com a paz.

Palavras-chave: Conflito, RD Congo, Kivu, Spoilers, Vulnerabilidade, Ressentimento, Ganância, Segurança Humana

ABSTRACT

The present dissertation's main goal is to analyze the motivations and actions of so-called spoilers in eastern DR Congo and its impact on human development.

The relevance of the subject is justified by the few scientific and academic relevant papers that, simultaneously, focus on the actions and motivations of the so-called spoilers, the strategy of pacification and how they affect human development. Majority of the studies related to this subject make a cross-country analysis that tend to ignore the specificities of the case.

This article consist on a "case study" that focus on the actions of CNDP and M23 groups in the region of Kivu, between 2006 and 2013. The theoretical and conceptual discussion is based on the definitions of armed violence, human security , human resilience and vulnerability, spoilers, and motivations underlying the outbreak and prolongation of internal conflicts.

The results show that the story and geopolitics are relevant to understand the motivations and actions of both groups, based in Greed and Grievance and also that, the pacification strategies adopted have not implicated the mutual commitment with peace.

Keywords: Conflict, DR Congo, Kivu, Spoilers, Vulnerability, Grievance, Greed, Human Security

LISTA DE SIGLAS

ACLED – Conflito Armado Local e Evento Dados

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AFDL – Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo

CIRGL – Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

CNDP – Congresso Nacional para a Defesa do Povo

EIC – Estado Independente do Congo

FARDC – Forças Armadas da República Democrática do Congo

FDLR – Forças Democráticas de Libertação do Ruanda

FPLC – Forças Patrióticas Para a Libertação do Congo

MONUC – Missão da Organização das Nações Unidas para a República Democrática do Congo

MONUSCO – Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo

M23 – Movimento 23 de Março

NU – Nações Unidas

PARECO – Patriotas Resistentes Congolezes

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNDDR – Programa Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção

RCD-GOMA – Reunião Congoleza para a Democracia-GOMA

RDC – República Democrática do Congo

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

SARW – Missão do Sul de Africa para a Fiscalização da Extração dos Recursos naturais

UA – União Africana

UE – União Europeia

UPC – União dos Patriotas Congolezes

BIRD – Relatório do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Conflitos sucedidos em 2006.....	25
Figura 2- Localização dos conflitos em 2006 do CNDP.....	26
Figura 3- Conflitos violentos e não-violentos do CNDP de 2006 a 2008.....	27
Figura 4- Interações do CNDP entre 2006 e 2008.....	28
Figura 5- Fatalidades	29
Figura 6- Fase de transição 2009 a 2012	30
Figura 7- Localização dos conflitos em 2012 do M23	31
Figura 8- Conflitos violentos e não violentos do M23 entre 2012 e 2013	32
Figura 9- Interações do M23 entre 2012 e 2013.....	33
Figura 10 - Número de Fatalidades entre 2012 e 2013.....	33
Figura 11- O modelo de sociedades de castas interlacustres (século XIX).....	45
Figura 12- Congo Belga (1947).....	46
Figura 13- República Democrática do Congo (1963)	47
Figura 14 - República do Zaire (1988)	48
Figura 15- Processo de Pacificação das províncias do Kivu (2008-2009).....	49

ÍNDICE

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS E DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	4
1.1 O dinamismo da Região dos Grandes Lagos e a intrusão dos arabo-swahilis.....	4
1.2 A construção da nação congolesa e a região do Kivu	7
1.2.1 Os recursos minerais e a instabilidade nas províncias do Kivu.....	12
CAPÍTULO 2- ENQUADRAMENTO TEORICO-CONCEPTUAL	15
2.1 Os conceitos de violência armada, segurança humana, vulnerabilidade e resiliência humanas.....	15
2.2 As Motivações subjacentes aos conflitos armados internos.....	16
2.3 O conceito de <i>Spoilers</i>	19
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: MUTAÇÃO DO CNDP PARA O M23.....	21
3.1 Metodologia	21
3.2 Contextualização	21
3.2.1 A natureza do conflito e a estrutura interna do CNDP.....	21
3.2.2 A natureza do conflito e a estrutura interna do M23	23
3.3 Apresentação e interpretação dos resultados.....	24
3.3.1 Os conflitos do CNDP e a sua localização no ano de 2006.....	25
3.3.2 Os Conflitos do CNDP, as interações e as consequências entre 2006 e 2008.....	26
3.3.3 A fase de transição do CNDP para o M23 de 2009 a 2012.....	29
3.3.4 Os conflitos do M23 e a sua localização no ano de 2012.....	30
3.3.5 Os Conflitos do M23, as interações e as consequências entre 2012 e 2013.....	31
3.4 Discussão.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
Sites consultados	44
ANEXOS.....	45

INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo (RD Congo) é um país extenso em termos territoriais e multiétnico onde abundam os recursos naturais. Este país continua a ser afetado por um ciclo vicioso e infindável de conflitos internos, que têm justificado o seu baixo índice de desenvolvimento humano. Para além das consequências da penetração arabo-swahili e do legado da colonização belga, as questões geopolíticas de pertença a uma zona densamente povoada, dinâmica e conflituosa como é a região dos Grandes Lagos, tem proporcionado a perpetuação dos conflitos armados ocorridos nos últimos 17 anos no leste do país.

As constantes tentativas de pacificação têm-se revelado um fracasso culminando na reincidência da violência num curto espaço de tempo, protagonizada pela enorme quantidade de grupos armados e milícias localizadas nas províncias do Kivu. A atuação desses grupos armados cujas motivações são oscilantes e difíceis de perceber têm atingindo milhões de congoleses diariamente, entre mortes e deslocações, juntam-se as dificuldades em criar instituições estáveis que promovam o desenvolvimento do país.

Deste modo, propomo-nos analisar, como objetivo central, as motivações e ações dos presumíveis *spoilers* no leste da RD Congo e o seu impacto no desenvolvimento humano.

Assim, este trabalho baseia-se num conjunto de pontos pertinentes para a elucidação do objetivo central, nomeadamente, a relevância que o processo histórico assume na conflitualidade existente no leste do país, quais são as motivações implícitas na formação e na atuação dos grupos Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP) e Movimento 23 de Março (M23) e o seu impacto no desenvolvimento humano, que importância a estrutura interna desempenha na ação dos presumíveis *spoilers*, se as atuais estratégias de pacificação adotadas são mecanismos de controlo dos presumíveis *spoilers*

internos e, por fim, se serão apenas os presumíveis *spoilers internos* os únicos responsáveis pela reincidência e durabilidade dos conflitos armados internos.

A relevância do assunto justifica-se pelo facto de existirem poucos estudos científicos e académicos que focam, simultaneamente, as ações e motivações dos presumíveis *spoilers internos*, a estratégia de pacificação e o modo como incidem no desenvolvimento humano. A maioria dos estudos têm-se cingido em análises de *cross-country* que têm menosprezado as especificidades inerentes ao caso. Pretendemos com este trabalho não só compreendê-los enquanto agentes, mas progredir no seu conhecimento e responder às necessidades políticas e humanitárias de forma a precaver a renovação dos conflitos internos, por meio do aprimoramento das estratégias de pacificação.

A metodologia de investigação definida para o estudo baseou-se numa revisão bibliográfica e na recolha de informação disponível na base de dados do *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED), de maneira a obter as informações concernentes às ações na região do Kivu dos grupos CNDP e M23 entre 2006 e 2013 e que constituem o nosso “estudo de caso”. Para completar o estudo foram recolhidas informações nos relatórios das Nações Unidas (NU) e de outras fontes documentais fidedignas. Os resultados obtidos foram tratados e, posteriormente, expostos.

A dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo efetua-se uma contextualização histórica da região dos Grandes Lagos, da construção da nação da RD Congo e da região do Kivu. No segundo capítulo efetua-se um enquadramento teórico e conceptual dos conceitos de violência armada, segurança humana, vulnerabilidade e resiliência humanas, *spoilers* e das motivações subjacentes ao eclodir e prolongamento dos conflitos internos. E, por fim, no terceiro capítulo expõe-se e analisa-se a estrutura interna dos grupos, as motivações e as ações desenvolvidas pelo CNDP e M23.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS E DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Neste capítulo realizamos uma contextualização histórica, política, social e económica da região dos Grandes Lagos e do leste da República Democrática do Congo desde do século XIX até à atualidade. Abordamos alguns factos que explicam a mobilidade das fronteiras a leste do país e o processo de construção da nação congoleza. Por fim, efetuamos uma breve caracterização da conflitualidade existente nas províncias de Norte do Kivu e Sul do Kivu, abordando as questões dos grupos armados e recursos minerais.

1.1 O dinamismo da Região dos Grandes Lagos e a intrusão dos arabo-swahilis

A profusão em rios e lagos na região da África central e oriental determinaram a denominação de Região dos Grandes Lagos por parte dos colonizadores. A maioria da literatura existente antiga e recente enfoca a zona que inclui o sul do Uganda, leste da RD Congo, Tanzânia ocidental, Burundi e Ruanda (Schoenbrun, 1993). Esta pequena região abundantemente povoada e com um dinamismo comercial impressionante, sempre abarcou múltiplos episódios de instabilidade e tensão entre os Estados circundantes mesmo antes das invasões extracontinentais (Chrétien, 2000).

O declínio e fragmentação do maior reino do espaço interlacustre¹ a partir do século XIX, Bunyoro-Kitara², estimulou o aparecimento de vários reinos³ entre eles alguns com uma «*política sistemática de conquista*», nomeadamente, os reinos de Buganda, Ruanda, Ankole e Burundi (M'Bokolo, 2007:39-44). As pretensões expansionistas justificavam-se pela distribuição díspar dos produtos locais, especialmente, para os que ambicionavam

¹ De acordo com M'bokolo (2007) e Chrétien (2000), entende-se por espaço interlacustre um lugar profício em diversas culturas.

² Foi o maior reino desde o século XIV até à sua fragmentação e emergência do atual Uganda.

³ Os reinos preponderantes na zona no século XIX na região dos Grandes Lagos eram o Ruanda, Burundi, Ankole, Buganda, Bunyoro-Kitara, Karagwe, Bukoba, Buzinza e Busonga. Sendo que alguns possuíam armamento para prevenir invasões intrarregionais e inter-regionais.

ter bens raros ou exclusivos, por exemplo, o Ruanda e o Kivu, por serem centros importantes de comércio ativo trocavam sal – produto bastante requisitado-, por outros como cereais, ferros e tecidos.

Contudo, o dinamismo das trocas comerciais e uma economia direcionada para a produção ditaram uma estrutura baseada no modelo de sociedade de castas interlacustre que alicerçava-se num Estado feudal e centrado. Constatase que a sua organização no século XIX⁴, era de uma sociedade agropastoril assente num paradigma hierárquico de estratificação social em que no topo encontra-se o monarca, seguido dos tutsis e himas e, por fim, os hutus, twas⁵ e bairus espelhando a relação assimétrica - e muitas vezes beligerante – entre as classes sociais justificada pelas « (...) *características antropológicas e qualidades morais (...)* » que as definiam (Chrétien, 2000:56-59; M'Bokolo, 2007: 39-40)

Normalmente, atribuíam-se à aristocracia todas as competências positivas que, de modo inato, lhe garantiam a posição cimeira dentro da sociedade. Inversamente, aos agricultores, supostamente detentores de todas as qualidades inatas negativas, restava-lhes aceitar a posição mais baixa na estratificação social:

« On les appelle les Batutsis. En réalité ce sont des Hamites, probablement d'origine sémitique. [...] Ils forment en réalité une race des seigneurs. Les Hamites ont 1,90m de taille. Ils sont élancés. Ils possèdent le nez droit, le front haut, les lèvres minces. [...] On devine en eux un fond de fourberie, sous le couvert d'un certain raffinement. [...] Le reste de la population est bantoue. Ce sont les bahutus, des nègres qui en possèdent toutes les caractéristiques: nez épaté, lèvres épaisses, front bas, crâne brachycéphale. Ils conservent un caractère d'enfant, à la fois timide et paresseux. [...] C'est la classe des serfs...» Dr. Sasserath, médecin belge, 1948, Chrétien, *op. cit.*, p.8.

⁴ Consultar Figura 11 (no anexo 1).

⁵ Os twas eram pigmeus e caçadores que, por vezes, desempenhavam o papel de artesãos.

Assim, o relacionamento entre a aristocracia pastoril (os senhores) e os agricultores (clientela) provinha de uma ligação servo-contratual, em que os agricultores se encarregavam da propriedade⁶ e, em troca, usufruíam do direito ao seu aluguer ou empréstimo e, ainda, de proteção por parte dos senhores (M'Bokolo, 2007: 39-42; Schoenbrun, 1993: 33-34). Segundo o belga Pierre Ryckmans, M'Bokolo, *op.cit.*, 2007: 41, apesar da vigente hierarquização de classes prevalecia algum sentimento de «identidade nacional», visto que, os tutsis e hutus consideravam-se todos barundis. Este facto revelava uma certa consciencialização enquanto nação. Conquanto, esta unicidade acabaria por ser profundamente abalada pelo colonialismo, exacerbando também as clivagens sociais.

As relações socioeconómicas não se limitavam apenas à esfera intrarregional, também se verificava uma abertura externa, particularmente, por meio dos países limítrofes aos lagos Kivu e Vitória. Um exemplo disso foi o reino de Buganda que desde o século XVIII mantinha relações exteriores por meio da importação de bens de luxo e algumas armas de fogo provenientes da costa swahili⁷ e que aí chegavam através do Oceano Índico (M'Bokolo, 2007: 38-39). Foi precisamente por essa via que se deu a penetração do Estado zanzibarita⁸ e, conseqüentemente, o avanço da fronteira arabo-swahili para o

⁶ Dentro das sociedades interlacustres as propriedades podiam ser terrenos, vacas e outros bens.

⁷ Swahili: em árabe *sawahili* significa, a costa.

⁸ O poder Omanita, uma vez estabelecido na ilha de Zanzibar (Império Mercantil de Zanzibar (1840-1890) realiza a sua dinâmica expansionista apoiado num modelo de *Estado comprador*, ou seja, direcionado para as transações comerciais. Este protocolonialismo oitocentista, assente numa economia exportadora de marfim e cravo da Índia, atuava quer ao longo da faixa costeira do Oceano Índico Ocidental (costa este africana), de Mogadíscio a Moçambique, controlando as densas e extensas comunidades arabo-swahili existentes nesses lugares, quer para interior do continente, concorrendo com as redes africanas de comércio de longa distância (Nyamwezy e Yao).

interior do espaço interlacustre com o intuito de controlar o «*eixo central*»⁹ abundante em marfim e, também, devido aos interesses em adquirir escravos (Ibid., 234-244).

A intrusão pelo continente africano liderado pelo comerciante zanzibarita Tippu Tip, não foi isenta de tensões. A procura crescente de Marfim, cujas cotações não param de crescer no mercado internacional, obrigava-o a uma caça intensiva de elefantes cada vez mais para o interior do continente (Ibid.). Este facto fez com que o relacionamento com as comunidades locais fosse oscilante entre cooperação e tensão, dado que os swahilis usavam os nyamwezys (caçadores de elefantes) e waungwana (capturadores e vendedores de escravos) como propulsores dos seus objetivos (Ibid., 252-255).

Profundas foram as consequências desse contato entre povos africanos e arabo-swahilis em todo o espaço este africano, pelo facto de terem contribuído com mais especificidades culturais mediante a introdução da língua swahili, do islão como religião e pelas transformações sociais¹⁰ ocorridas.

1.2 A construção da nação congoleza e a região do Kivu

O *Pool Malebo*¹¹ ficou conhecido como o centro de vitalidade do comércio congolês desde o século XV, passando pela época do tráfico negreiro até aos séculos subsequentes. Conforme explica M'Bokolo (2007: 192-195), o *Pool Malebo*, consistia num local profuso em florestas e bacias hídricas que permitia o trânsito das suas mercadorias de base de exportação como o marfim e os escravos e importação de panos e armamento

⁹ Segundo M'Bokolo (2007:244), este eixo era extremamente relevante pela quantidade e valor das mercadorias, por isso, os arabo-swahilis recorriam aos principais portos para efetuar trocas de armamento, artigos artesanais, alimentares e têxteis por marfim – essencialmente- com os países da região.

¹⁰ A valorização extrema da participação nas trocas comerciais, decretou a emergência de uma sociedade mercantil e em particular da aristocracia mercantil. A estrutura social integrava os nyamwezys, os waungwana, os Pagazi e, por fim, os escravos.

¹¹ Marca a navegabilidade do rio congo.

européu. O interesse pelas armas de fogo residia na necessidade de proteção de possíveis invasões estrangeiras, visto que a localização do rio e os recursos nele contido despertavam a cobiça dos países fronteiriços e de outras regiões que vislumbravam no rio congo «*uma forma de coordenação e de integração regional*» (Ibid., 197).

Os principais responsáveis pelas transições comerciais eram um grupo muito restrito de chefes que habitavam na zona ribeirinha que usufruíam do direito exclusivo de venda e compra de escravos e marfim. Notoriamente que estas atividades intensas de economia mercantil, refletiram-se na sociedade no século XIX por meio de uma estrutura social onde os comerciantes¹² e os chefes situavam-se no cimo da pirâmide, seguidos de homens e mulheres não-escravos e, finalmente, na base os escravos (Ibid., 197-233)

A civilização ribeirinha, os *Ngala*¹³, praticavam o lingala como língua que se propagou a todos os países banhados pelo rio Congo e pelos seus afluentes, tornando-se no idioma de comércio. Apesar da sua homogeneidade e tradição perderam influência no final do século XIX, com a ocupação pelas potências europeias.

Conforme explica M'Bokolo (2007: 311), a Conferência de Berlim de 1884 referia, num dos pontos fulcrais da sua agenda, o direito de livre comércio no rio Congo mediante acordo estabelecido entre as entidades locais e as potências estrangeiras. Deste modo, em 1885, formou-se o Estado Independente do Congo (EIC)¹⁴ e começou a ocupação colonial através da instalação das casas de comércio e proliferação de caminhos de ferro que ligavam Matadi a Leopoldville. Para auxiliar na administração do território¹⁵,

¹² Concentravam-se em quatro grandes cidades, Mfwa e Mpila (atual Brazzaville) e Kinshasa e Ntmo (atual Kinshasa).

¹³ No plural *Bangala*, proveniente de Bantu. Eram uma tribo guerreira e tradicional (M'Bokolo, 2007:200-333).

¹⁴ A sua capital era Boma, *Bas Congo*, uma cidade portuária. O EIC era vocacionado para a economia de exportação e de plantação, assentava em três pilares, o marfim, a borracha e trabalho forçado (escravo).

¹⁵ Dividido em distritos, onze em 1888 e quinze em 1895 (Bruneau, 2009: 3).

Leopoldo II, contratou o arabo-swahili Tippu Tip, de maneira a facilitar o comércio estreitando as relações com os zanzibaritas (Bruneau, 2009: 3; Ibid., 348-349).

A ocupação belga resultou em atritos com os locais, por diversas razões, sobretudo, pela tentativa de introdução da língua swahili por todo o país, pela redução abrupta do controlo africano sobre as rotas comerciais e pela aplicação de impostos¹⁶ sobre o uso das terras (Ferguson, 1911: 401-402; Ibid., 365). Desta forma, foi necessária uma ação de recrutamento na região do Kivu¹⁷ de soldados revoltosos para lutarem ao lado dos colonos, numa missão de «pacificação do país» que acabou por ser um agravamento das atrocidades cometidas (Ibid., 401-402).

Contudo, em 1908, o rei dos belgas, Leopoldo II, deslumbrado com a extensão territorial e abundância em recursos naturais existentes no Congo, resolveu anexar oficialmente o país tornando-o no *Congo belga*. Tal como expressa Jean Stengers (*op. cit* M'Bokolo, 2007: 316), «a criação do Congo é a aventura pessoal de um homem», pois consistiu num investimento individual que no início não assentou na vontade da nação belga. Somente depois com o suporte de personalidades influentes externas, o monarca, conseguiu convencer o Governo e a nação, sob o argumento de que seria uma sociedade de comércio e navegação e, concomitantemente, um ato filantrópico para com as populações locais (Ibid., 317).

A mudança de estatuto e a reestruturação territorial¹⁸ não significaram um abrandamento das tensões entre colonizadores e colonizados, pelo contrário, cada vez mais os belgas recorriam aos meios mais opressivos e desumanos para a gestão de um espaço diverso

¹⁶ Normalmente, era trabalho forçado já que não existia moeda.

¹⁷ Por norma, uma área muito conflituosa e onde abundavam soldados que tinham sido usados pelos arabo-swahilis para os seus fins (Chrétien, 2000: 252-254; M'Bokolo, 2007).

¹⁸ Em 1914, dividiu-se em quatro províncias, nomeadamente, Congo-Kasai, L'Equateur, Katanga e Província Oriental e, também, por 22 distritos subdivididos por regiões (Bruneau, 2009: 3).

eticamente, extenso territorialmente e rico em recursos naturais, algo de desafiante para um país com uma dimensão reduzida como a Bélgica (Olsson & Fors, 2004).

Uma das questões mais delicadas durante o período colonial foi a desconsideração a que foi votada a peculiar região do Kivu a leste do território congolês. De acordo com Jean-Pierre Chrétien (2000: 252-254), esta zona sensível com um dinâmico fluxo migratório e com uma comunidade arabo-swahili expressiva foi ostracizada pelos seus parceiros comerciais a leste do país sob pretexto de crise mundial em 1933. Apenas com a nova reestruturação ocorrida em 1947¹⁹, se verificou a criação da província do Kivu e do Kasai aumentando para seis o número de províncias (Bruneau, 2009:4).

Nos anos seguintes exacerbaram-se os motins entre grupos étnicos e os protestos contra a ocupação colonial. Os inflamados discursos independentistas de Patrice-Émery Lumumba²⁰ reforçavam a necessidade de revolucionar e unir o país. Finalmente, em 1960, o Congo emancipou-se do jugo colonial e surgiu um regime presidido por Joseph Kasavubu e tendo Patrice Lumumba como Primeiro-Ministro (Ibid., 4). Contudo, a impreparação de ambos e a manutenção da administração territorial colonial - com autonomia política-, reacendeu as clivagens étnicas e, em 1962, emergiu um conflito armado (Ibid.,5). A rebelião estimulou a alteração do modelo de administração territorial, em 1963, passando a ser constituído por vinte e uma *provincettes*²¹ com maior conotação étnica numa tentativa de repor a organização pré-colonial (Ibid.,4-5).

O assassinato de Lumumba abriu caminho para a ascensão de Joseph Mobutu através de um golpe militar, em 1965, ocorrido sob pretexto de que a revolução tinha sido um fracasso e, por isso, imperava a necessidade de regressar às origens e unir todos os

¹⁹ Ver Figura 12 no anexo 2.

²⁰ Programa do Movimento Nacional Congolês (1958), criado por Patrice Lumumba. Disponível em <https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/19135/dma00.pdf?sequence=2>

²¹ Ver Figura 13 no anexo 3.

congoleses (Ibid., 5). O nome do país mudou para Zaire ²², assim como o organigrama territorial passou a conter somente nomes africanos – excetuando Kivu e L’Equateur – dividindo-se em regiões, vilas e zonas. Estas medidas atenuaram as clivagens étnicas noutras áreas do país, porém a situação no leste continuava sensível. Deste modo, Mobutu, em 1972, para apaziguar a tensão concedeu a plena cidadania aos refugiados provenientes do Ruanda e Burundi, entre 1959-1963, que clamavam os seus direitos sociais e políticos ²³ – banyarwanda²⁴ e barundi eram considerados «aliens» (Nugent, 2004: 460).

Não obstante, o problema não residia apenas nesses direitos, mas também no direito ao acesso à terra em que a Lei Bakajika de 1967 ²⁵ e a sua última revisão de 1980 determinava que para os indivíduos adquirirem formalmente os seus direitos à terra, teriam de obtê-lo através da « *concessão perpétua*» ou « *concessão comum*» (Hale, 2010:14). Os banyarwanda contestaram essa exigência que dificultava a possibilidade de solicitarem a nacionalidade congolesa, uma vez que teriam de justificar a sua ascendência. As disparidades entre os grupos étnicos instalados no Kivu²⁶ – nande, hunde, banyarwanda e banyamulenge ²⁷ - precipitou um novo reajuste na administração territorial, separando em norte e sul do Kivu (Bruneau, 2009:5).

Na década de 1990 as questões étnicas agudizaram-se e assombraram o país então fragmentado entre «lingalophones/kikongophones» e «swahiliphones», desencadeando duas guerras civis (Ibid.). A Primeira Guerra Civil (1996-1997) teve como intuito

²² Resulta da má interpretação por parte dos portugueses do nome do rio *Nzadi* em Kikongo.

²³ Nande e Hunde eram considerados indígenas da Província do Kivu.

²⁴ Imigrantes provenientes do Ruanda que habitam em solo congolês.

²⁵ Decretava a pertença de todas as terras e dos seus recursos naturais ao Estado. Foi alterada, em 1971, 1973 e 1980 (Riddell, et al., 1987: 6-9).

²⁶ Ver Figura 14 no anexo 4.

²⁷ De origem tutsis que reduziam a suas origens do Ruanda e Burundi, situam-se no Sul do Kivu e são associados às colunas Mulenge (Nugent, 2004: 460).

expulsar Mobutu do poder e inserir o leste no projeto de união nacional, pelo que Laurent Désiré Kabila²⁸ orquestrou com apoio do Governo ruandês um golpe de Estado que depôs o rival (Nugent, 2004:61). Ao assumir o poder, Laurent Kabila alterou o hino nacional, a bandeira nacional e, inclusive, o nome do país para República Democrática do Congo (RDC). Não obstante, pouco tempo depois eclodiu a Segunda Guerra Civil (1998-2003), dado que o líder acabou por centralizar os poderes em si, não atendeu às necessidades da população e traiu os seus aliados ruandeses que, de regresso para o leste, combateram-no até ao seu assassinio, em Janeiro de 2001 (Ibid., 462-464).

1.2.1 Os recursos minerais e a instabilidade nas províncias do Kivu

Após a morte de Laurent Kabila, passou-se por um período de Governo de Transição, liderado pelo seu filho Joseph Kabila, que findou em 2006 com a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais democráticas. A constituição em vigor no país definiu a organização territorial do país que passa a integrar Kinshasa²⁹ e mais 25 províncias com personalidade jurídica própria, entre elas, as províncias do Norte do Kivu³⁰ e Sul do Kivu³¹, dotadas ambas de autonomia na gestão administrativa e dos seus recursos humanos, técnicos e económicos³² (CRDC,2011). Esta reorganização territorial visou reunificar a nação de maneira a permitir a erradicação dos sucessivos conflitos nessas províncias.

²⁸ Líder do grupo rebelde Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDL), residente no sul do Kivu.

²⁹ Ver artigo 1º da Constituição da RD Congo.

³⁰ Consiste na província mais densa em população de todo o país. É composto por três cidades, Goma (capital), Butembo e Beni e por áreas rurais consideradas territórios, nomeadamente, Lubero, Masisi, Rutshuru, Nyiragongo e Walikale.

³¹ Composto por Bukavu (capital) e por áreas rurais consideradas territórios, nomeadamente, Fizi, Uvira, Kabare, Walungu, Idjwi, Kahele, Shabunda e Mwenga

³² Também é considerada uma província de acordo com o artigo 3º da Constituição da RD Congo de 2006, revista em 2011.

Estas regiões foram desde sempre terreno propício à emergência de conflitualidade e à anarquia, associadas a uma intensa mobilidade populacional. E é neste contexto que nelas se instalam redes nacionais e internacionais, atuando em conluio, e movidos por instintos de pilhagem e exploração dos seus recursos minerais³³. Note-se que este clima de instabilidade tem persistido devido aos interesses dos grupos armados e das milícias instaladas nas províncias que têm beneficiado da exploração e comercialização ilegal dos recursos minerais.

No Norte do Kivu uma região que faz fronteira com o Ruanda e Uganda, os conflitos têm sido mais intensos. Têm ocorrido conflitos entre os congoleses de origem bahutu e batutsi e, ainda, contra os congoleses autóctones. No entanto, nem todos estes conflitos têm deflagrado apenas por questões étnico-sociais, mas também pela exploração das principais minas de Walikale³⁴ e de Manjuredjipa³⁵, assim como de outras minas artesanais entre elas as do território de Masisi (SARW,2011a). Estas minas têm sido controladas pelas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e por vários grupos armados e milícias, como Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP)³⁶ e Mayi-Mayi,³⁷ (Ibid., 2011).

Contudo, no Sul do Kivu a violência tem sido expressiva. Nesta província, que faz fronteira com o Burundi e Ruanda, vive grande parte da comunidade barundi, aí bem

³³ Para mais informações consultar (Ministério das Minas, 2012).

³⁴ Uma zona montanhosa, rica em ouro e cassiterita, que é controlada pelas FARDC e FDLR.

³⁵ Pertence ao território de Lubero, o principal mineral é o ouro. É controlado pelas FARDC e pela milícia Mayi-Mayi.

³⁶ Movimento político militar que esteve em ação de 2006-2008 e passou por um período de extinção de 2009 a 2012. Operou sobretudo nos territórios de Masisi e Rutshuru, no Norte do Kivu.

³⁷ O termo significa água-água em Kiswahili. É uma milícia local que, por vezes, integra as FARDC para combater os grupos armados e milícias de origem ruandesa, que operam no Norte do Kivu e no Sul do Kivu.

estabelecida e integrada e, também, a comunidade banyamulenge³⁸, integrando um grupo mais separatista e menos integrado (Mushi,2012). A elite de origem banyamulenge³⁹ tem estado, nos últimos 17 anos, ligada aos grupos armados⁴⁰ que se têm oposto ao regime de Kinshasa. Nela se integram os que obtiveram instrução académica noutras regiões do país, nomeadamente, na Universidade de Kisangani (Ibid,2012). Importa salientar que nesta região se situam as minas de ouro, cassiterita, *coltan*, volframite, tântalo e nióbio, localizadas em Mwenga, Walungu, Kalehe⁴¹ e Fizi⁴², sob o controlo das forças armadas do Ruanda, das FARDC⁴³ e de outros grupos armados como os Patriotas Resistentes Congolese (PARECO), FDLR e Mayi-Mayi (SARW, 2011b).

Tal como seria de esperar, a incidência de ações violentas nas duas províncias do Kivu têm aumentado a insegurança humana e forçado a deslocação interna e o refúgio nas regiões vizinhas de milhões de pessoas todos os anos⁴⁴. Note-se que até Setembro de 2012, registaram-se 17 mil refugiados e 679 mil deslocados internos provenientes do Norte do Kivu e, ainda, 81 mil refugiados e 851 mil deslocados internos provenientes do Sul do Kivu (UNCHR,2012). Assim sendo, estes valores elevados explanam a insegura e a vulnerabilidade das comunidades situadas nessas zonas de alto risco.

³⁸ São uma minoria situada sobretudo nas zonas montanhosas em Uvira e em Bukavu são considerados os congoleses tutsis ou banyarwanda do Congo. A grande maioria são cristãos e falam kiswahili e kinyamulenge (uma língua relacionada com o kinyarwanda e kirundi). Alguns expressam-se em inglês e os alfabetizados pronunciam-se em francês.

³⁹ Não são considerados “verdadeiramente congoleses” de acordo com os congoleses nativos. É-lhes atribuída a culpa pela situação de conflito permanente e miséria no país, principalmente, por terem apoiado Laurent Kabila no derrube do Governo de Mobutu.

⁴⁰ A religião é central pelo que o líder religioso é o mais importante, seguido dos líderes políticos e militares que são igualmente muito respeitados e idolatrados.

⁴¹ É rico em cassiterita, *coltan*, volframite, tântalo, nióbio e ouro. É um local isolado e de difícil acesso pelo que foi recentemente industrializado.

⁴² Viveu do comércio do ouro e operou ali durante longos anos antes de ascender ao poder.

⁴³ Há indícios da presença de antigos combatentes do CNDP.

⁴⁴ Para mais informações consultar UNCHR (2012,2013).

CAPÍTULO 2- ENQUADRAMENTO TEORICO-CONCEPTUAL

No âmbito do nosso estudo, este capítulo conduz-nos, necessariamente, a considerar os conceitos de violência armada, segurança humana, vulnerabilidade e resiliência humanas. Relevante nos pareceu ainda atender às motivações que estimulam o deflagrar e o prolongar dos conflitos armados internos e ao valor operatório do conceito de *spoilers*, pela relevância que assumem estes atores no processo de construção da paz e, conseqüentemente, no estabelecimento das condições necessárias ao pleno desenvolvimento.

2.1 Os conceitos de violência armada, segurança humana, vulnerabilidade e resiliência humanas.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH/PNUD), de 2014, «Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience», consagrando a relevância da temática que inspira esta nossa dissertação, procura explorar o conceito de vulnerabilidade para além da sua vertente económica sublinhando o seu dinamismo e horizontalidade, algo que transcende em muito o sentimento de insegurança e de exposição aos vários fatores de risco. Neste sentido, trata-se de evoluir, de um conceito fundamentalmente ligado à privação do rendimento, associando-o agora à melhoria de outros fatores alusivos ao bem-estar do ser humano. Assim, em termos operativos a vulnerabilidade humana manifesta-se quando uma pessoa, comunidade ou um país estão suscetíveis a uma erosão elevada das circunstâncias que envolvem a sua existência, com impactes decisivos no desenvolvimento humano.

Tal consideração conduz-nos a centrar a atenção na *violência* que sob forma de conflito armado impele contra os indivíduos. De facto, quando nos conflitos armados internos⁴⁵

⁴⁵ Para mais detalhes consultar, Human Security Report (2006;2009/2010).

uma das partes envolvidas é o Governo de um Estado verifica-se uma obstrução do pleno desenvolvimento dos países afetados (WDR,2011). Portanto, é cada vez mais desajustado isolar o conceito de violência armada e não relacioná-lo com o desenvolvimento humano (RDH, 2014). Dessa constatação resulta a atualização do conceito de *segurança humana*, que mede o bem-estar humano e o modo como os conflitos afetam o ser humano, nomeadamente, a possibilidade de efetuar as suas escolhas de forma livre e segura (HDR, 1994).

Outro conceito importante e que está subentendido a toda abordagem relativa ao desenvolvimento humano, especificamente, à vulnerabilidade, é a *resiliência humana*. A resiliência humana é a capacidade de resposta e adaptação a uma situação adversa (RDH,2014). Contudo, a resiliência humana exige que haja por parte das instituições, recursos e políticas capazes de proteger os mais vulneráveis e atenuar as desigualdades horizontais em proveito da coesão social. Naturalmente, todos estes conceitos desempenham um papel fulcral para a compreensão e aperfeiçoamento da medição do desenvolvimento humano.

2.2 As Motivações subjacentes aos conflitos armados internos

O modelo de Collier & Hoeffler (2002,2004) incorpora as visões da economia e da política concernente às motivações subjacentes ao eclodir e prolongamento dos conflitos armados internos e apresenta duas explicações que justificam a formação de uma organização rebelde. Trata-se de atender a dois mecanismos psicológicos de ordem emocional e racional: o *ressentimento* (*Grievance*) e a *ganância* (*Greed*).

Collier & Hoeffler (2002, 2004) explanam que os sentimentos de ressentimento são pouco relevantes como fatores impulsionadores dos conflitos, mas desempenham um papel crucial para a fase de recrutamento dos grupos rebeldes, constituindo por isso fator

oportunista de coesão social. Segundo, Blattman & Miguel (2010), o nacionalismo étnico fundamenta a violência e a coesão dos rebeldes, sobretudo porque as clivagens étnicas estão ligadas à natureza biológica, fisiológica e cultural, que por sua vez estão ligadas às reações emotivas e ao sentimento de insegurança, constituindo assim uma estratégia de coordenação que mobiliza para os conflitos.

Também Sambanis (2001), critica as ciências económicas por agregarem todos os conflitos armados internos na mesma categoria sem perceberem as suas especificidades e esclarece, ainda, que os conflitos armados étnicos consistem em ações violentas que envolvem o Estado e uma minoria étnica, religiosa, ou de uma outra natureza, que anseiam por mudanças no seu *status* e não conflitos violentos entre grupos rivais, excetuando os casos de reivindicações políticas e sociais.

Note-se que Collier & Hoeffler (2001, 2002) sublinham ainda que o principal fator que estimula e prolonga a guerra civil é a ganância dos grupos rebeldes, os quais vislumbram na sua insurgência uma oportunidade para alcançarem benefícios materiais, por meio da exploração de recursos naturais para autofinanciamento.

No entanto, Jackson (2002) refuta as conclusões do modelo de *economization of conflict*, e advoga que um conflito interno pode começar por um ressentimento e resvalar em ganância pelo simples facto dos conflitos internos não serem um processo estático. Por seu turno, Sambanis (2010), não descarta os argumentos relativos à ganância e assume que a modernização económica pode estimular a corrida aos recursos naturais, mas sublinha que a principal motivação para o conflito reside no ressentimento.

Contudo, Boschini et al (2007) referem que o problema não reside na posse de recursos naturais, mas sim, na interação entre os tipos de recursos naturais e um quadro institucional sólido, de modo a evitar a apropriação dos recursos, não só por parte dos

rebeldes, mas também por parte dos próprios governantes. De Soysa & Neumayer (2007:205), alertam que nem todos os recursos naturais têm igual importância. Pelo que, Buhaug et al (2005:26) são mais explícitos ao afirmarem que existem recursos naturais mais facilmente suscetíveis de serem apoderados, tal como as pedras preciosas, permitindo aos grupos rebeldes prolongar o conflito interno.

Collier & Hoeffler (2002,2004), mencionam também, que os espaços florestais e montanhosos são os mais propícios ao desenrolar da ação dos rebeldes contra as forças armadas, dado a vantagem que ali têm de mobilidade face aos seus opositores.

Não obstante, Buhaug & Gates (2002) sublinham que os conflitos que se desenrolam longe da capital do país são mais difíceis de cessar e, quanto maior for a sua extensão, mais tempo em média durará. Consideram eles, assim, que o lugar da revolta deve ser minuciosamente analisado, tendo em conta vários fatores, tais como a área total do território, se é adjacente à fronteira de algum país e se existem recursos naturais. Por último, ambos os autores afirmam, também, que a natureza do conflito e a formação do próprio grupo têm influência direta no local onde sucede o conflito, dado que, não raras vezes, tais características são mais importantes do que as outras variáveis pelo facto de contribuírem para intensidade e extensão do mesmo.

2.3 O conceito de *Spoilers*

Stedman (1997) foi pioneiro na conceptualização dos *spoilers* ao avaliar a sua potencial intenção em destruir o processo de paz. De acordo com o autor, os *spoilers* são líderes e facções que consideram as negociações para a paz uma ameaça aos seus interesses e objetivos, pelo que recorrem à violência para obstruir a pacificação (Ibid., 5).

No seu entender, a tipologia dos *spoilers* permite perceber os objetivos que ambicionam e o seu comprometimento para alcançá-los. Os *spoilers limitados* detêm objetivos definidos, mas não descartam a partilha de poder e, ainda, procuram ajustar os acordos de paz aos seus interesses. Os *spoilers totais* têm objetivos inalteráveis e opõem-se veemente a qualquer negociação para a paz, possuindo uma perspetiva absolutista. Finalmente, os *spoilers gananciosos* são os mais híbridos e oportunistas dispõem-se a participar nas negociações só se obtiverem as suas exigências oscilantes e flexíveis.

Para além disso, Stedman (1997), menciona que o *locus of spoilers* permite perceber o seu comportamento e o papel que desempenham a nível interno do grupo armado, ou seja, se assume a posição de líder ou de seguidor, e de que forma isso pode impactar ou mudar os objetivos da organização.

Para Newman & Richmond (2006) a imprecisão e amplitude do conceito reside na normatividade incrustada na apreciação dos conflitos e dos processos de pacificação, e que não são nem imparciais, nem justos para as partes integrantes. Ambos enfatizam que para combater essa normatividade é preciso distinguir as reivindicações políticas e as ações de *spoiling* determinando o tipo de comportamento, aceitável ou não (Ibid., 103). Por seu turno, Stepanova (2006), elucida que uma ação violenta deliberada contra civis, destinada a atingir propósitos políticos e a impactar as negociações define-se como *terrorismo*.

Stedman (1997) explicita que no processo de negociação da paz podem existir dois tipos de *spoilers* os internos e os externos. Os *spoilers internos* participam no acordo perante a demonstração de uma predisposição para a implementação do mesmo, mas sem verdadeiras intenções de respeitá-lo até ao fim, mas sim de o prolongar para benefício próprio. Por outro lado os *spoilers externos* não incorporam as negociações, ou por exclusão por parte de outrem ou por vontade própria, e recorrem à violência explícita aniquilando os moderados e formando alianças com as fações militares e políticas mais conservadoras visando impossibilitar a paz.

Todavia, Newman & Richmond (2006) explicam que os *spoilers internos* quando rejeitam os princípios contidos nos acordos fazem-no muitas vezes como forma de protesto. De igual forma, Aggestam (2006), refere que a ação de *spoiling* é situacional, uma vez que os atores atuam numa perspetiva de negociação interna, o que torna difícil distinguir as ações de *spoiling* intencional e consequente.

Deste modo, Newman & Richmond (2006) sublinham que muitas vezes o papel da diáspora é relevante por suportar financeiramente a posição dos denominados *spoilers*, concedendo-lhes a força necessária para a renovação do conflito. Aliás, Zahar (2006) reforça esta ideia salientando que as partes envolvidas só renovarão o conflito caso ocorra uma alteração nas razões que os levaram a aceitar a paz, visto que o processo de pacificação é um ato político que envolve objetivos díspares que podem comprometer a sustentabilidade da paz.

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: MUTAÇÃO DO CNDP PARA O M23

3.1 Metodologia

Recorremos ao *estudo de caso* por ser adotado com frequência como método de investigação no âmbito das ciências sociais e políticas, dado a forma como processa a análise e permite a compreensão de realidades complexas e específicas, revelando-se assim de grande valor heurístico. A escolha por tal metodologia justifica-se pelo facto do *estudo de caso* se revelar adequado, quer se trate de responder a uma determinada questão ou de analisar um acontecimento que se desenrola num contexto geográfico preciso num determinado período de tempo (Green, et al., 2006).

Ora, tratando-se de uma realidade contemporânea este método permite uma investigação particularmente útil, sobretudo sempre que as fronteiras do fenómeno e a natureza do contexto não são à partida claramente definidas (Ibid.,2006). Neste quadro se situa o nosso objeto de investigação referente à ação dos grupos rebeldes *Congresso Nacional para a Defesa do Povo* (CNDP) e *Movimento 23 de Março* (M23) nas províncias do Norte do Kivu e Sul do Kivu, entre 2006 e 2013, num contexto de transição pacífica.

3.2 Contextualização

3.2.1 A natureza do conflito e a estrutura interna do CNDP

Ao analisarmos os motivos que estimularam a criação do CNDP pelo General Laurent Nkunda, em 2006 ⁴⁶ verificamos que surgiu na sequência do insucesso de alguns pontos do acordo assinado em 2003⁴⁷, entre o Governo de Kinshasa e os grupos rebeldes, mas,

⁴⁶ Formado por um ex-membro do RCD-GOMA e das FARDC, defensor das comunidades tutsis no Norte de Kivu. Nkunda considerado um pedagogo alegou a pouca inclusão das reivindicações desta comunidade do norte de Kivu nas negociações e o incumprimento dos pontos do Acordo de 2003 particularmente, a não realização das eleições em 2005 e o posicionamento centrado na capital do país foram as principais motivações apresentadas pelo grupo armado como fator de insurreição.

⁴⁷ Para mais detalhes consultar <http://www.ucdp.uu.se/gpdatabase/peace/DRC%2020030402>

principalmente pelos sentimentos de desconfiança face às FARDC e por ressentimento da comunidade tutsi congolese no norte do Kivu (Stearns, 2012).

No que concerne ao processo de recrutamento e mobilização para a insurreição constatamos que o CNDP, alistou maioritariamente jovens desempregados e menores de origem tutsi congolese e ruandesa, sob incentivos que variavam entre 100 a 500 dólares por mês (NU, 2008). Através destes estímulos monetários e sob o discurso de injustiças praticadas contra a comunidade tutsi congolese, o grupo conseguiu mobilizar entre 4 mil a 7 mil soldados (segundo constou integraram à força 60 menores).

O grupo CNDP durante a sua vigência apresentou uma estrutura sólida, sofisticada e organizada, com um sistema administrativo e de tributação próprio. Este sistema de financiamento interno regeu-se pela aplicação da cobrança de impostos aos quiosques e ao comércio de mineração e carvão⁴⁸. Posteriormente, tais receitas revertiam ao pagamento de despesas de saúde e educação das famílias mais carenciadas⁴⁹. Para além disso, recebeu financiamento externo⁵⁰ e apoio logístico, como munições e armas (lançador de granadas e RPG 7) na maioria provenientes do Ruanda (NU, 2008).

Verificamos que a sua estratégia de comunicação revelou-se um importante suporte tanto para o processo de recrutamento como para o financiamento do grupo, pelo que recorreram a vários meios, como rádio, *websites*⁵¹ e entrevistas a cadeias televisivas e jornais.

⁴⁸ Para mais informações consultar Nações Unidas (2008).

⁴⁹ Para além da taxação dos civis para financiamento das suas ações, houve indícios de ligações à exploração do *coltan* na mina de Bitanama situado em Masisi.

⁵⁰ Doações da diáspora Congolese, do Ruanda e de outros países.

⁵¹ Ambos extintos - www.cndp-congo.org e www.kivupeace.org.

3.2.2 A natureza do conflito e a estrutura interna do M23

O grupo *Movimento 23 de Março* (M23), liderado pelo General Bosco Ntaganda⁵², consistiu num movimento menos exclusivamente conotado com a comunidade Tutsi e, no geral, reclamaram o incumprimento das seguintes cláusulas do acordo de 2009⁵³: a) Reforma do exército e política nacional; b) transformação efetiva do CNDP num partido político, mas com reconhecimento das suas fileiras militares e policiais; c) Pastas ministras; d) negociações com o ACNUR para o repatriamento de refugiados; e) o projeto de reestruturação das forças armadas e territorial ⁵⁴(NU,2014).

Averiguamos também, que o M23 teve uma postura mais ampla, ao recrutar jovens e menores de origem ruandesa e congoleza, uma opção que conduziu à mobilização de, aproximadamente, mil e duzentos soldados (entre eles desertores das FARDC e ex-combatentes do CNDP), ainda que o valor dos incentivos para tal atribuídos não seja passível de registo (NU,2012b). A nível da comunicação, o grupo aderiu às novas tecnologias, recorrendo frequentemente às redes sociais e ao *website* para a emissão de comunicados referentes às atividades e reivindicações do grupo e artigos de críticas direcionadas ao regime de Joseph Kabila.

A estrutura do grupo M23 não era tão organizado e sofisticado quanto o seu antecessor, mas contava igualmente com o apoio financeiro e logístico (recrutamento e armamento) do Ruanda⁵⁵ que angariava fundos para financiar o grupo (NU,2012a). Sublinhamos que

⁵² Fez parte das FARDC e de vários grupos armados, como as Forças Patrióticas para a Libertação do Congo (FPLC), a União dos Patriotas Congolezes (UPC) e o CNDP. Substituiu Laurent Nkunda na liderança do CNDP após o Acordo de 2009.

⁵³ Para mais detalhes consultar <http://radiookapi.net/files/accord-CNDP-Gvt-23-mars-2009-pdf.pdf> [Acedido a 18 de Julho de 2014]

⁵⁴ Para mais informações consultar Stearns (2012)

⁵⁵ Material de comunicação, combustíveis, alimentos, fardas, artilharia pesada, entre outros. E recrutamento de crianças soldados e jovens soldados em diversos pontos da fronteira e inclusive em campos de refugiados. Os locais destacados Kinigi, Ruhengeri, Mudende, Gisenyi, Mukamira, Njerima e Bigogwe.

não foi possível apurar se o grupo beneficiou de qualquer financiamento direto com base na exploração ilegal dos recursos naturais. Existem contudo relatórios que mencionam essa probabilidade, pelo que não descartamos, pelo menos a possibilidade de obtenção de um financiamento indireto através de países externos, como por exemplo do Ruanda, que beneficiam da exploração ilegal de recursos minerais no leste da RD Congo.

3.3 Apresentação e interpretação dos resultados

Trata-se aqui de apresentar os resultados recolhidos na base de dados ACLED⁵⁶ (Armed Conflict Location and Event Data Project), entre 2006 e 2013, referentes às ações dos grupos armados CNDP e M23. Focamos a nossa particular atenção no tipo de ações, nas interações estabelecidas com os diversos oponentes e nos alvos e os locais onde ocorreram os conflitos dos grupos supramencionados.

Atualmente é uma das bases de dados mais completas em todo o mundo, por efetuar uma exposição pormenorizada e atualizada dos eventos ocorridos nos países em vias de desenvolvimento⁵⁷, sobretudo, a violência contra os civis, as interações entre os grupos armados e as milícias e os conflitos não-violentos (manifestações, entre outros).

Deste modo, na base de dados do ACLED é possível recolher uma infinidade de informações concernentes aos atores e aos eventos de violência armada, que estão devidamente identificados e explicados para uma utilização mais vantajosa das informações. Assim sendo, é particularmente útil para o nosso estudo, na medida em que abrange os eventos de todos os países do continente africano, de 1997 até atualidade, onde se insere o caso do leste da RD Congo e dos grupos que serão analisados.

⁵⁶ Para mais informações consultar ACLED (2014).

⁵⁷ Recurso aos meios georreferenciais, informações diretas e em tempo real dos principais jornais e revistas e, algumas, cadeias televisivas, entre outros.

3.3.1 Os conflitos do CNDP e a sua localização no ano de 2006

Constatamos através dos dados presentes na Figura 1 que, em 2006, registaram-se no total 86 conflitos⁵⁸, entre os quais 83 foram violentos e 3 foram não-violentos. Dividimos a análise em duas fases: 1) antes da primeira volta das eleições, entre Janeiro⁵⁹ a Julho⁶⁰ desse ano, onde ocorreram 23 conflitos, ou seja, 27% do total das insurgências; 2) e depois das eleições, entre Agosto e Dezembro onde ocorreram, 63 conflitos⁶¹, isto é, 73% do total. Assinalamos o aumento exponencial da intensidade com uma tendência a agravar-se após a realização e anúncio dos resultados das primeiras eleições presidenciais e legislativas extinguindo o período de Governo de Transição.

Figura 1- Conflitos sucedidos em 2006



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

⁵⁸Incluem atividades não-violentas, como, por exemplo, campanhas de recrutamento, incursões ou comícios, entre outras atividades que contribuíram para os conflitos.

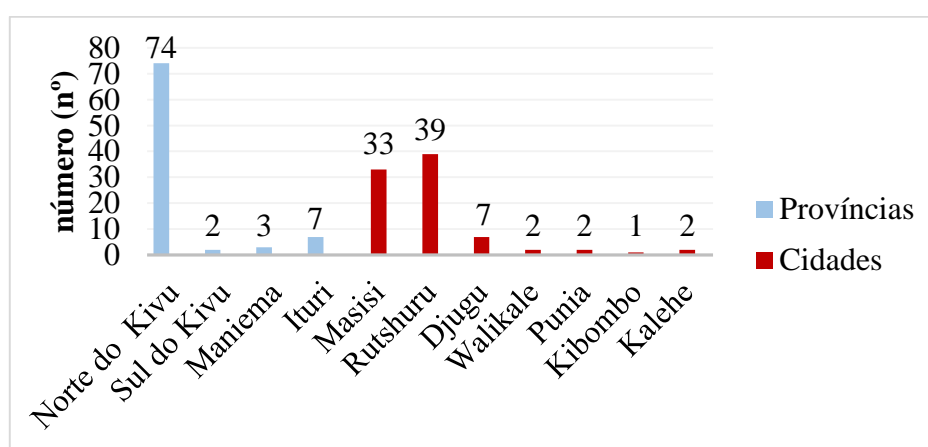
⁵⁹Este mês contou com uma atividade não-violenta.

⁶⁰Único conflito ocorrido foi não-violento. E foi também a data oficial de criação do CNDP.

⁶¹ O mês de Novembro contou com uma atividade não-violenta.

Quanto à localização dos conflitos protagonizados pelo CNDP, em 2006, constatamos através da Figura 2, o predomínio da região do Norte do Kivu que destacou-se contendo 74 das ações, ou seja, 86% dos (86) conflitos violentos e não violentos. Seguidamente, destacamos as cidades⁶² de Masisi e Rutshuru, respetivamente, com 33 e 39 das ações violentas e não violentas, que no seu conjunto representaram, 83% do total das ações violentas e não violentas.

Figura 2- Localização dos conflitos em 2006 do CNDP



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

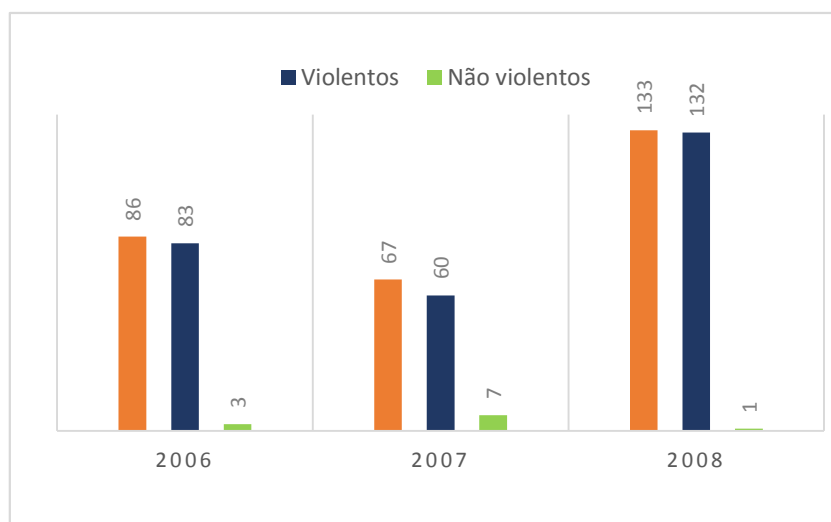
3.3.2 Os Conflitos do CNDP, as interações e as consequências entre 2006 e 2008

Conforme expressam os dados da Figura 3, o CNDP no ano de 2006 participou no total 86 conflitos, dos quais 83 foram violentos e 3 foram não-violentos, como já foi atrás salientado. No ano de 2007 sucederam-se no total 67 conflitos, onde 60 foram violentos e 7 foram não violentos. Por fim, no ano de 2008, houve um total de 133 conflitos, em que 132 foram conflitos violentos e apenas 1 foi um conflito não-violento. Contudo, embora tenha havido um decréscimo de 2006 para 2007 no número total de conflitos (de

⁶² São consideradas também territórios por serem zonas rurais.

86 para 67) assinalamos um aumento expressivo entre 2007 a 2008, ocorrendo quase uma duplicação (de 67 para 133) .

Figura 3- Conflitos violentos e não-violentos do CNDP de 2006 a 2008



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

Observamos ainda a proporção das interações do CNDP com a Missão da Organização das Nações Unidas na RD Congo (MONUC) ⁶³, as FARDC , outros grupos armados e contra os civis, a fim de percebermos a tipologia dos conflitos entre 2006 e 2008.

As interações⁶⁴ presentes na Figura 4⁶⁵ indicam que no ano de 2006 as ações entre o CNDP e as FARDC corresponderam a 93% do total, entre o CNDP e o MONUC as interações corresponderam a 6% e, por fim, o ataque deliberado do CNDP contra os civis constituíram 1%. No ano de 2007, em que menos conflitos foram registados, verificamos que a interação entre o CNDP e as FARDC corresponderam a 80% dos conflitos, as ações

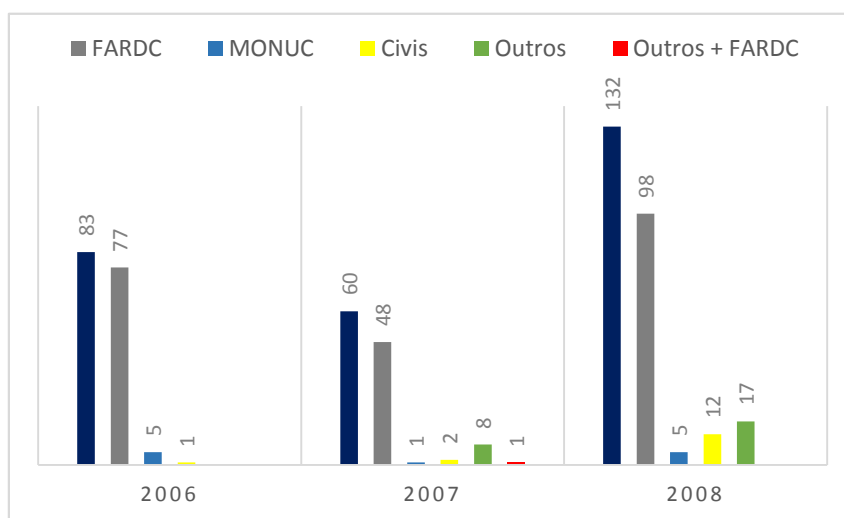
⁶³ MONUC é a Missão da Organização das Nações Unidas na RD Congo com vista em supervisionar e a ajudar na implementação do Acordo de Lusaka de 1999.

⁶⁴ O cálculo da percentagem da interação do CNDP com cada ator tem como base o número total de conflitos violentos ocorridos nos respetivos anos.

⁶⁵ Incluímos na contabilização total para além das ações deliberadas do grupo armado visando os alvos, também, as ações de contenção/proteção por parte das FARDC e da MONUC.

entre o CNDP e outros grupos ⁶⁶ constituíram 13% e, finalmente, as ações entre CNDP e o MONUC assim como as ações entre o CNDP e os outros grupos conjuntamente com as FARDC ⁶⁷ constituíram cada um 2% dos conflitos ocorridos. No ano de 2008 ^{68, 69} verificou-se o maior número de conflitos, pelo que se conclui que as interações entre o CNDP e as FARDC representaram 74% dos conflitos, seguidos das interações com outros grupos que constituíram 13%, os civis foram o alvo do CNDP em 9% das ações e, por último, as interações do CNDP com o MONUC constituíram 4%.

Figura 4- Interações do CNDP entre 2006 e 2008



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

Na Figura 5 os dados expõem as consequências imediatas das ações do CNDP e verificamos que de 2006 a 2007 houve um aumento acentuado de mortes, respetivamente, de 31 para 59, porém, de 2007 a 2008 aconteceu um ligeiro decréscimo para 56 no número

⁶⁶ Outras milícias e outros grupos armados, nomeadamente, Mayi-Mayi e FDLR.

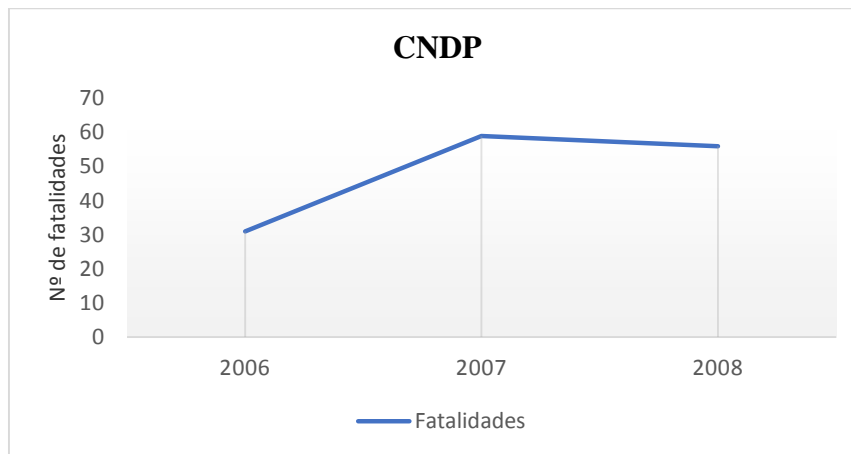
⁶⁷ Ações conjuntas entre as FARDC e os grupos FARDC e Mayi-Mayi.

⁶⁸ Nesse ano teve lugar o Ato de negociação de 2008.

⁶⁹ Para mais informações consultar http://www.fondation-fhb.org/download/accord_Goma.pdf

de mortes. Conquanto, salientamos o fato de nesse período as ações terem fortemente atingido as populações provocando no total 140 mil deslocados.

Figura 5- Fatalidades



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

3.3.3 A fase de transição do CNDP para o M23 de 2009 a 2012

Neste subponto analisamos o processo de extinção do grupo armado CNDP após a assinatura do Acordo de Paz de 2009 e os passos embrionários em direção à mutação para o M23 no primeiro semestre de 2012⁷⁰.

De acordo com a informação transmitida pela Figura 6, em 2009, existiram somente 2 conflitos violentos contra o grupo armado FDLR. No ano de 2010, ocorreram 4 conflitos, sendo que 3 foram violentos⁷¹ e 1 correspondeu ao estabelecimento da base ou sede⁷² do grupo. No ano de 2012 (a)⁷³, apuramos a ocorrência de 15 conflitos encetados pelo

⁷⁰ Ocorreram ações transitórias e intercalares do CNDP e do M23 no primeiro semestre do ano de 2012, pelo que dividimos a análise dos dados, respetivamente, em 2012 (a) e 2012 (b).

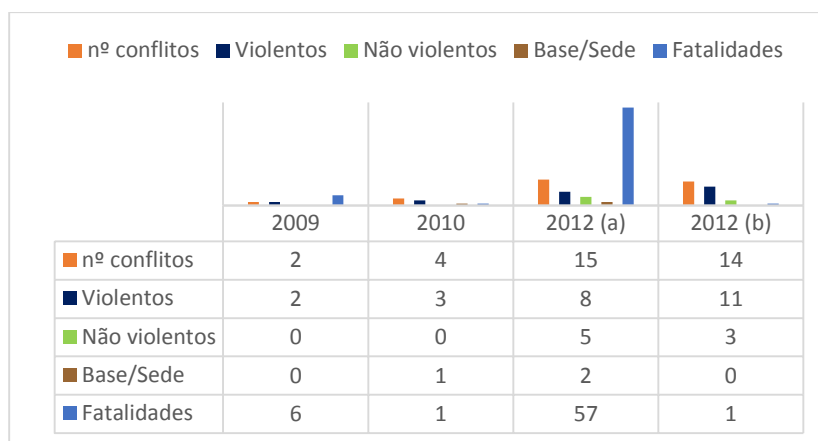
⁷¹ Foram todos contra civis.

⁷² Corresponde ao estabelecimento de base ou de uma sede durante o período ativo, podendo ser tanto um processo de reativação através de treinos de preparação para a insurreição ou de recrutamento. Neste caso foi no Norte do Kivu, em Masisi.

⁷³ Ações do CNDP nos meses de Abril, Maio e Junho.

CNDP, sendo que 8 foram violentos⁷⁴, 5 foram não violentos e 2 consistiram no estabelecimento da base ou sede. Por fim, em 2012 (b)⁷⁵, contabilizamos 14 conflitos encetados pelo M23, dos quais 11 foram violentos⁷⁶ e 3 foram não violentos. Não obstante, registamos entre 2009 e o primeiro semestre de 2012 uma tendência ascendente dos conflitos que constituíram na sua totalidade 35, culminando em 65 fatalidades.

Figura 6- Fase de transição 2009 a 2012



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

3.3.4 Os conflitos do M23 e a sua localização no ano de 2012

No que refere à localização dos 211 conflitos violentos e não-violentos ocorridos em 2012⁷⁷, conferimos através da Figura 7, o claro predomínio das províncias do Norte do Kivu (54%) e do Sul do Kivu (43%), que no total perfizeram 97% das ações e as províncias de Kinshasa e Katanga, conjuntamente, representaram 3%. Destacamos, as cidades de Kahele no Sul do Kivu, Masisi e Rutshuru no Norte do Kivu, onde ocorreram 181 (85%) dos conflitos violentos e não-violentos do M23.

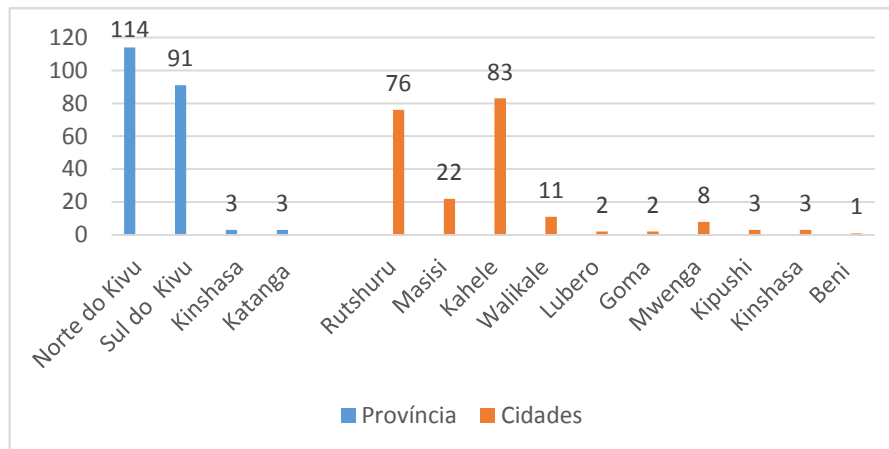
⁷⁴ 1 contra civis, 6 contra as FARDC e 1 Motim (tumultos, atos de vandalismo contra propriedade pública ou privada, visando uma atividade constituída).

⁷⁵ Ações do M23 referentes aos meses de Maio e Junho.

⁷⁶ 5 contra civis e 6 interações com as FARDC.

⁷⁷ Incluímos os valores referentes às ações do M23, no ano de 2012 (b), conforme foi supracitado no período de transição.

Figura 7- Localização dos conflitos em 2012 do M23



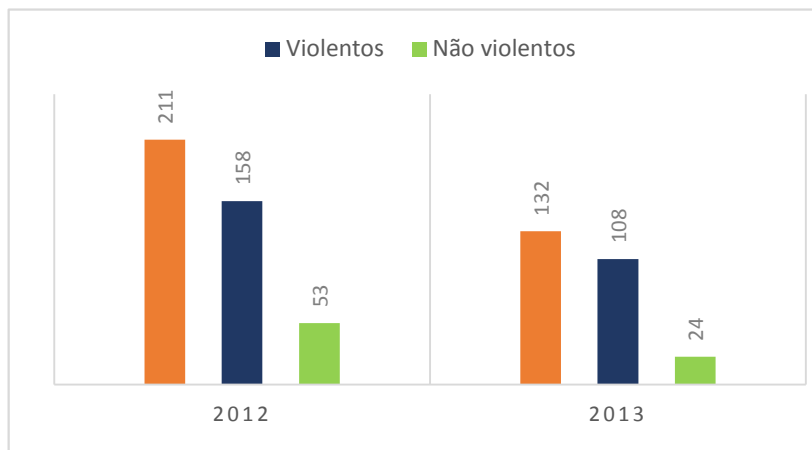
Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

3.3.5 Os Conflitos do M23, as interações e as consequências entre 2012 e 2013

Os dados da Figura 8, indicam uma descida generalizada dos conflitos violentos e não-violentos de 2012 para 2013. Deste modo, registamos a descida de conflitos no ano de 2012 (211) em comparação com o ano de 2013 (132). Todavia, assinalamos que se registaram no total 343 conflitos, sendo que 266 (78%) foram violentos e 77 (22%) foram não-violentos⁷⁸.

⁷⁸ No ano de 2013 incluímos na contabilização de conflitos não-violentos, 8 atividades de estabelecimento de base ou sede por parte do grupo num determinado território.

Figura 8- Conflitos violentos e não violentos do M23 entre 2012 e 2013

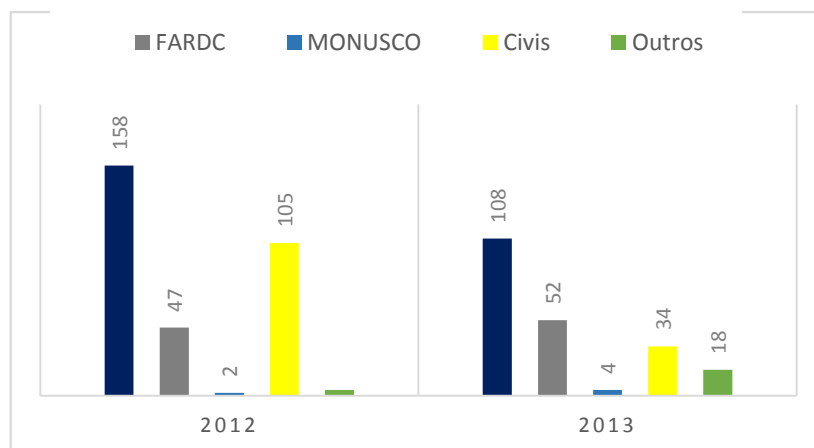


Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

Segundo os dados presentes na Figura 9, referentes ao grupo M23, no ano de 2012, 66% das ações violentas foram contra civis, 30% foram interações com as FARDC, 3% foram interações com outros grupos armados e milícias e 1% das interações foram com o MONUSCO. No ano de 2013, houve uma alteração na predominância das ações, pelo que 48% das interações foram com as FARDC, 31% das ações violentas foram contra civis, 17%⁷⁹ das interações com outros grupos armados e milícias e, por fim, 4% das interações foram com a Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da RD Congo (MONUSCO). Salientamos também o facto de nesse período terem ocorrido ações violentas entre fações do M23.

⁷⁹ Sendo que quatro dessas interações foram entre fações do M23.

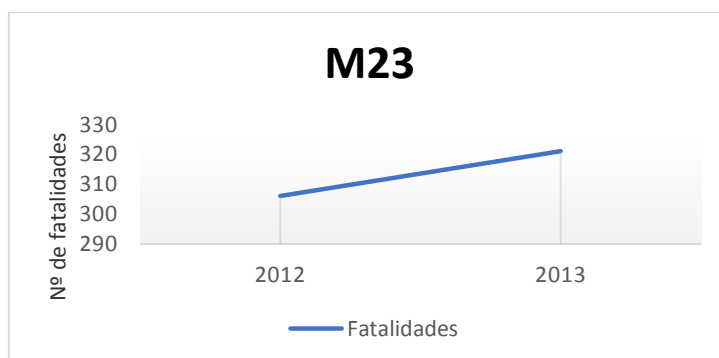
Figura 9- Interações do M23 entre 2012 e 2013



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

A julgar pelos valores contidos na Figura 10 as consequências diretas das ações do M23 durante o período indicado resultaram num incremento de 306 mortes para 321 mortes, ou seja, uma soma de 627 fatalidades entre 2012 e 2013. Todavia, sublinhamos que não foi possível obter o número de deslocações forçadas de pessoas, diretamente relacionadas com as ações violentas do grupo, pelo facto de não constarem na base de dados.

Figura 10 - Número de Fatalidades entre 2012 e 2013



Fonte: Elaboração do autor com base no Armed Conflict Location & Event Database

3.4 Discussão

Para compreender o processo de pacificação e os ditos *Spoilers internos* é preciso introduzir a neutralidade na sua análise e suprimir os pressupostos normativos conceptuais. Para isso, consideramos que deve haver para além do estudo das suas agendas e ações, um foco na vontade genuína das partes envolvidas em negociarem e cumprirem os compromissos de pacificação. Deste modo, efetuamos uma análise do Ato de Negociação de 2008 e do Acordo de Paz de 2009.

No ano de 2008 decorreram as negociações com vista na pacificação do leste congolês, que resultaram no Ato de negociação de 2008, assinado entre os Governos congolês e vários grupos rebeldes, tendo como mediadores as Nações Unidas, a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL)⁸⁰. Conforme exposto na Figura 15 (no anexo 5) destacamos alguns itens estipulados pelo documento, nomeadamente; a) a abstenção de ataques, provocações ou sabotagens por parte dos grupos armados e milícias; b) monitorização dos grupos rebeldes; c) reforço do Programa Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (PNDDR); e) a criação de uma Subcomissão militar mista e de uma Subcomissão humanitária e social.

No nosso entender, este Ato de Negociação consistiu num documento predominantemente militar semelhante aos modelos anteriores, ou seja, generalista, normativo e impositivo. Consideramo-lo, em primeiro lugar, generalista na medida em que aglutinou todos os interesses e objetivos dos sublevados. Em segundo lugar, normativo pelo discurso subliminar de que o comprometimento para com a paz encontrava-se exclusivamente do lado dos revoltosos, mostrando por isso, pouca ou

⁸⁰ Consultar Figura 15 no anexo 5 Ato de Negociação 2008.

nenhuma vontade em tentar compreender as reivindicações dos mesmos. E, por fim, impositivo, porque não ofereceu mais do que um processo de integração nas forças de defesa e segurança, sem um projeto claro de reinserção social.

De facto, a matriz militar do documento foi de tal modo vincada que mesmo a reinserção social dos ex-combatentes coube à subcomissão militar mista, ao invés, da subcomissão humanitária e social. Isto indiciou que pertencer às forças militares correspondia a uma forma de reinserção social, pelo que inevitavelmente, as negociações colapsaram e o ato não passou a um acordo final⁸¹.

Na nossa perspetiva, o Acordo de Paz de 2009, assinado entre o Governo e o CNDP⁸², tendo como mediadores representantes da CIRGL, União Africana e das Nações Unidas, foi um pouco mais político mas, igualmente, vago. Predispôs-se a reconhecer o CNDP como um movimento político-militar com motivações étnicas, permitindo que este expusesse as suas ideias a nível das reformas da administração pública, territorial e militar, na esperança de um real diálogo de reconciliação nacional. Contudo, consideramos, que voltou a haver por parte do Governo a falta de um real projeto bem delineado que visasse para além da desmobilização e integração do grupo nas FARDC, uma verdadeira reinserção dos ex-combatentes na sociedade congoleza.

Deste modo, averiguamos que em caso de abandono das negociações ou de renovação de um conflito com recurso à violência após um acordo, a parte a que se atribuí tais atitudes tende a ser automaticamente denominada de *spoiler interno*⁸³. Consideramos que a normatividade da conceptualização dos *spoilers* subentende que existe sempre um lado bom e um lado mau e, por isso, um lado que deve empenhar-se mais do que o outro no

⁸¹ Para mais informações consultar o Ato de Negociação de 2008.

⁸² Consultar na Figura 15 no anexo 5 – Acordo de 2009.

⁸³ Para mais informações consultar Stedman (1997).

alcance da paz, quando na realidade, o compromisso deve ser mútuo e os esforços devem convergir para a construção e consolidação da paz. Por isso, os *spoilers internos* não devem ser considerados somente os grupos armados que rejeitam os acordos com recurso à violência explícita.

Existem, no nosso entender, outras tantas formas de *spoiling* interno - ou outros presumíveis *spoilers internos* - que devem ser considerados. Um Governo que se disponibiliza a negociar com os revoltosos, mas que assume um posicionamento dúbio durante esse processo não demonstra reais intenções de solucionar o problema e cumprir com os objetivos traçados no compromisso, pelo que pode ser considerado *um spoiler interno*. E, também, um mediador que tende a exercer pressão de maneira a ajustar os acordos conforme os seus interesses pode ser um ‘*lobby spoiler*’, ou seja, a influência que exerce inflige um comportamento possivelmente diferente daquele que seria tomado caso não estivesse presente.

Por isso, os atos intermédios e finais, não devem centrar-se excessivamente na presença de um mediador vocacionado a combater a desconfiança⁸⁴. Dado que os próprios mediadores podem não ser imparciais e a sua presença não implica a resolução imediata do problema. Note-se ainda que em certos casos, dependendo do tipo de mediador, pode a sua intervenção inclusive desequilibrar as negociações, não só pelo possível ‘*lobbying spoilers*’, mas pelo facto da sua participação indiciar muitas vezes uma culpabilização das partes revoltosas através da aplicação de possíveis sanções⁸⁵. Todavia, isto acontece porque os mediadores enquanto atores representantes das organizações internacionais, das grandes potências regionais e mundiais, não estão isentos de interesses e podem ajustar o conteúdo das negociações ou dos acordos aos seus interesses.

⁸⁴ Para mais informações consultar Newman & Richmond (2006).

⁸⁵ Para mais informações consultar Stedman (1997).

Contudo, quando o conflito tem na sua base questões referentes ao *ressentimento* muitas vezes o medo ou a desconfiança ultrapassam-se quando existe vontade e aproximação das principais partes visadas. Porém, do mesmo modo que existe desconfiança ou medo por parte dos revoltosos, também existe por parte dos outros intervenientes, sobretudo do Governo, o que instiga ao controlo mediante ações de neutralização. Este facto faz com que normalmente os acordos sejam feitos para diminuir ou impedir a margem de manobra dos revoltosos, ao invés de procurarem solucionar o problema. Todavia, estas atitudes podem não ter repercussões imediatas como acontece com o abandono das negociações, mas indiretamente contribuem para a reincidência do conflito e afetam a durabilidade da paz.

Muitas vezes há um menosprezo na capacidade de adaptação e na flexibilidade dos *spoilers* no geral e dos *spoilers internos* em particular. Pode-se dizer que essa flexibilidade que influencia tanto a reincidência como a durabilidade do conflito ganha forma quando os acordos são vagos e pelas suas lacunas facilitam a regeneração dos grupos armados.

Por isso, salientamos que nas negociações e nos acordos, o Governo e os mediadores não devem focar-se somente em neutralizar as ações violentas dos presumíveis *spoilers internos*, mas devem procurar, também, efetuar uma análise cuidada e adequada das suas motivações e da sua estrutura interna. Isto porque só com um diagnóstico correto é possível ultrapassar o problema da informação assimétrica entre as partes envolvidas e delinear bases mais sólidas para a resolução da conflitualidade, evitando a renovação da violência e a sua incidência sobre os civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente dissertação foi-nos possível constatar que as motivações e as ações dos presumíveis *spoilers* têm um efeito bastante nocivo no desenvolvimento humano do leste da RD Congo.

Com efeito, constatamos que a mobilidade do espaço interlacustre, a invasão arabo-swahili, a colonização belga e o processo de construção da nação congoleza explanam a complexidade das províncias do Kivu e a participação dos países circundantes no conflito, sobretudo a intervenção ruandesa, por meio da ajuda no recrutamento dos soldados e no financiamento externo para a manutenção da estrutura interna dos grupos.

Para além disso, concluímos que as ações do CNDP nos meses da realização e do anúncio dos resultados das eleições presidenciais e legislativas, em 2006, foram inexistentes ou não-violentas. A maioria dos conflitos ocorreram no Norte do Kivu tendo-se destacado os territórios de Masisi e Rutshuru. As interações, entre 2006 e 2008, visaram sobretudo as FARDC (81%) revelando a natureza elitista dos conflitos, representando 96% das insurgências violentas. Note-se ainda que desses conflitos resultaram a deslocação de 140 mil pessoas, por causa do clima de instabilidade.

No período de extinção do CNDP e de transição para o M23 verificou-se um declínio abrupto no número de conflitos, após assinatura do acordo de 2009, pelo que destacamos a inexistência de conflitos relacionados com o grupo em 2011 devido às eleições presidenciais e legislativas. Porém, no primeiro semestre do ano de 2012, verificaram-se ações transitórias e intercalares que ditaram a mutação do CNDP para o M23.

Contudo, na mutação para o M23, gerou-se um aumento acentuado de conflitos para 343, dos quais 78% foram violentos. Um maior equilíbrio das ações teve lugar nas províncias

do Norte do Kivu (54%) e Sul do Kivu (43%), com um enfoque nos territórios de Rutshuru e Kahele. Destacamos o fato de terem ocorrido conflitos em Kinshasa e no Katanga, embora tenham sido pouco expressivos. O alvo primordial das interações foram os civis (66%, em 2012 e 31%, em 2013) e as FARDC (30% em 2012 e 48% em 2013).

Todavia, nas consequências imediatas das ações violentas, verificamos que o balanço foi de 837 mortes no total entre 2006 e 2013.

Averiguamos que as motivações com base no *ressentimento* existem e que estiveram mais presente na ação do CNDP em comparação com o M23, pelo que em ambos casos tal foi crucial quer para o recrutamento, quer para mobilização e a coesão do grupo. Apuramos que os conflitos encetados por ambos mobilizaram-se com bases étnico-sociais, apoiadas na comunidade banyarwanda e na diáspora tutsi congolesa, visando uma estratégia política destinada a proteger os seus interesses e a reforçar a sua importância, particularmente, no seio do M23 com as suas pretensões em derrubar o Governo de Kinshasa.

No entanto, afirmar que os conflitos no leste da RD Congo devem-se somente ao *ressentimento* ou só à *ganância* é no nosso entender redutor. Consideramos com tudo que não devemos descartar a ganância pelos recursos minerais embora tal não esteja explicitado através de dados concretos e diretos relacionados com os grupos. Com efeito, a localização das suas ações indiciam alguma atração pelos recursos minerais.

Portanto, nem todos os grupos armados devem ser considerados iguais, pois diferem claramente e uns podem manter-se fiéis às suas motivações de origem, enquanto outros podem alterar-se ao longo do tempo. Fazem-no porque não são estáticos e são agentes regeneráveis e isso também explica os obstáculos para a pacificação das províncias do Kivu.

Verificamos mediante a análise das negociações de 2008 e do acordo de paz de 2009 que impera a ideia de um lado benigno e um lado maligno nas negociações, sendo que do lado maligno, ou seja, do lado dos grupos armados exige-se um maior comprometimento com a paz. Consideramos que esse comprometimento com a paz deve ser recíproco, tende contudo a incidir exclusivamente e excessivamente sobre os grupos armados. Este facto faz com que algumas negociações e a construção de acordos de pacificação adequados sejam inviabilizados.

Assim sendo, recomendamos para investigações futuras a exploração de duas questões que levantamos com a nossa análise. A primeira questão consiste em perceber se as estratégias adotadas têm servido para solucionar os problemas referentes às motivações dos presumíveis *spoilers internos* ou se têm servido apenas para neutralizar as suas ações. A segunda questão que colocamos refere-se a conceptualização dos *spoilers internos* a qual assume que estes são os únicos responsáveis pela reincidência e durabilidade dos conflitos armados, quando na realidade não são os únicos agentes intervenientes com objetivos e interesses nas negociações e nos acordos de pacificação.

O caso analisado não pode servir de justificação para perceber toda a conflitualidade existente nas províncias do Kivu, porque abundam vários grupos armados e milícias com interesses e dimensões diferenciados, mas ajuda e alerta para algumas questões que têm sido menosprezadas pela análise social e que afetam fortemente o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aggestam, K., 2006. Internal and external dynamics of spoiling: A negotiation approach. Em: Newman & Richmon, edits. *Challenges to Peacebuilding: Managing Spoilers During Conflict Resolution*. New York, USA: United Nations University, pp. 53-70.

Blattman, C. & Miguel, d. E., 2010. Civil War. *Journal of Economic Literature*, Volume XLVIII, pp. 48:1, 3–57.

Boschini, A. D., Pettersson, J. & Roine, J., 2007. Resource Curse or Not: A Question of Appropriability. *Scand. J. of Economics*, p. 593–617.

Bruneau, J. C., 2009. Les nouvelles provinces de la République Démocratique du Congo : construction territoriale et ethnicités. *L'État en Afrique*, Julho.

Buhaug, H. & Gates, S., 2002. The Geography of Civil War. *Journal of Peace Research*, Volume 39, p. 417–433.

Chrétien, J.-P., 2000. *L'Afrique des Grands Lacs: Deux mille ans d'histoire*. Paris: Aubier, Collection Historique.

Collier, P. & Hoeffler, A., 2002. Greed and Grievance in Civil War. *Oxford Economics Papers*.

Collier, P. & Hoeffler, A., 2004. Greed and Grievance in Civil War. *Oxford Papers*.

CRDC, 2011. *Constitution de la LA République Democratique Du Congo*, RD CONGO: Cabinet du Président de la République.

Ferguson, W., 1911. The Present Situation in the Congo. *The Journal of Race Development*, Volume I, pp. 400-414.

Green, J. L. et al., 2006. *Handbook of complementary methods in Education research*.

Green, Judith L; Camilli, Gregory; Elmore, Patricia B ed. New Jersey: American Educational Research Association by Lawrence Erlbaum Associates, Inc..

Hale, A., 2010. *Weathering and Taming the Storm in “Hard Times”: The Case of Nande Economic Influence and Power in North Kivu, DRC*. s.l., Annual Conference .

HDR, 1994. *Human Development Report*, New York, USA: United Nations Development Programme.

HDR, 2014. *Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience*, New York, USA: United Nations Development Programme.

Jackson, S., 2002. Making a Killing: Criminality & Coping in the Kivu War Economy. *Review of African Political Economy*, Dezembro, 29(State Failure in the Congo: Perceptions & Realities (Le Congo entre Crise et Régénération)), pp. 516-536.

M'Bokolo, E., 2007. *África Negra : História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*. 2ª ed. Lisboa: Colibri.

Mushi, F. M., 2012. *Insecurity and Local Governance in Congo's South Kivu*, Brighton, UK: Institute of Development Studies.

Newman, E. & Richmond, O., 2006. Peace building and spoilers. *Conflict, Security & Development*, Volume 6, p. 101 — 110.

NU, 2008. *The Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of Congo*, New York, USA: United Nations.

NU, 2012a. *The final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of Congo*, New York, USA: Junho, Security Council of the United Nations.

NU, 2012b. *The final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo*, New York, USA: November, Security Council of the United Nations.

NU, 2014. *List of individuals and entities subject to the measures imposed by Paragraphs 13 and 15 of Security Council Resolution 1596 (2005), As renewed by Paragraph 4 of resolution 2136 (2014)*, New York, USA: United Nations.

Nugent, P., 2004. *Africa Since Independence*. New York: PALGRAVE MACMILLAN.

Olsson, O. & Fors, H. C., 2004. The Prize of Predation. *Journal of Peace Research*, Volume 41.

Report, W. D., 2011. *Conflict, Security, and Development*, NW: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.

Riddell, J. C., Salacuse, J. W. & Tabachnick, D., 1987. *The National Land Law of Zaire and Indigenous*, USA: University of Wisconsin-Madison.

Sambanis, N., 2001. Do Ethnic and Non-Ethnic Civil Wars Have the Same Causes? A Theoretical and Empirical Inquiry (Part I). 24 Janeiro.

SARW, 2011a. *Gold mining in North Kivu Province*, South Africa: the Southern Africa Resource Watch.

SARW, 2011b. *Gold mining in South Kivu Province*, South Africa: Southern Africa Resource Watch.

Schoenbrun, D. L., 1993. A Past Whose Time Has Come: Historical Context and History in Eastern Africa's Great Lake. *History and theory*, Dezembro, Volume 32, pp. 32-56.

Soysa, I. D. & Neumayer, E., 2007. Resource Wealth and the Risk of Civil War Onset: Results from a New Dataset of Natural Resource Rents, 1970–1999. *Conflict Management and Peace Science*, Volume 24, p. 201–218.

Stearns, J., 2012. From CNDP to M23: The evolution of an armed movement in eastern Congo. *The Rift Valley Institute's Usalama Project*.

Stedman, S. J., 1997. Spoiler Problems in Peace Processes. *International Security*, Volume 22, pp. 5-53.

Stepanova, E., 2006. Terrorism as a tactic of spoilers in peace processes. Em: Newman & Richmond, edits. *Challenges to peacebuilding : managing spoilers during conflict resolution*. New York,USA: United Nations University, pp. 53-70.

UNCHR, 2012. *Fach sheet, 30 September*, Genève: UNCHR.

Zahar, M.-J., 2006. Understanding the violence of insiders: Loyalty, custodians of peace, and the sustainability of conflict settlement. Em: Newman & Richmond, edits. *Challenges to Peacebuilding:Managing Spoilers During Conflict Resolution*. New York,USA: United Nations University Office, pp. 53-70.

Sites consultados

<http://www.acleddata.com/> - Armed Conflict Location and Event Database

<http://www.worldbank.org/> - Banco Mundial

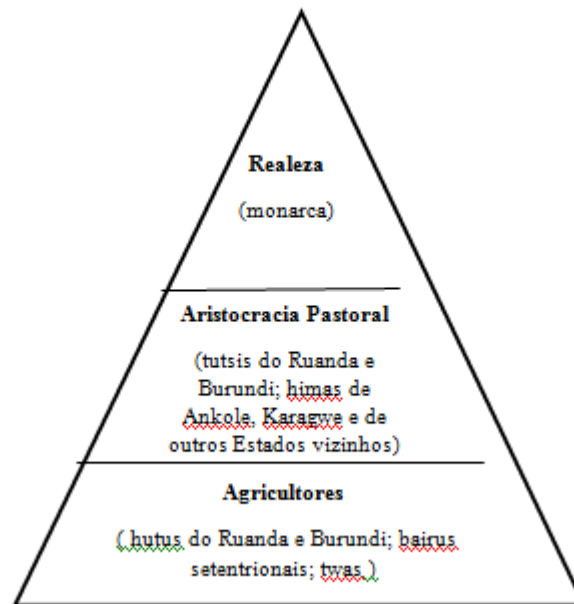
<http://monusco.unmissions.org/> - Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo

<http://www.undp.org/> - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<http://www.unhcr.org/> - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

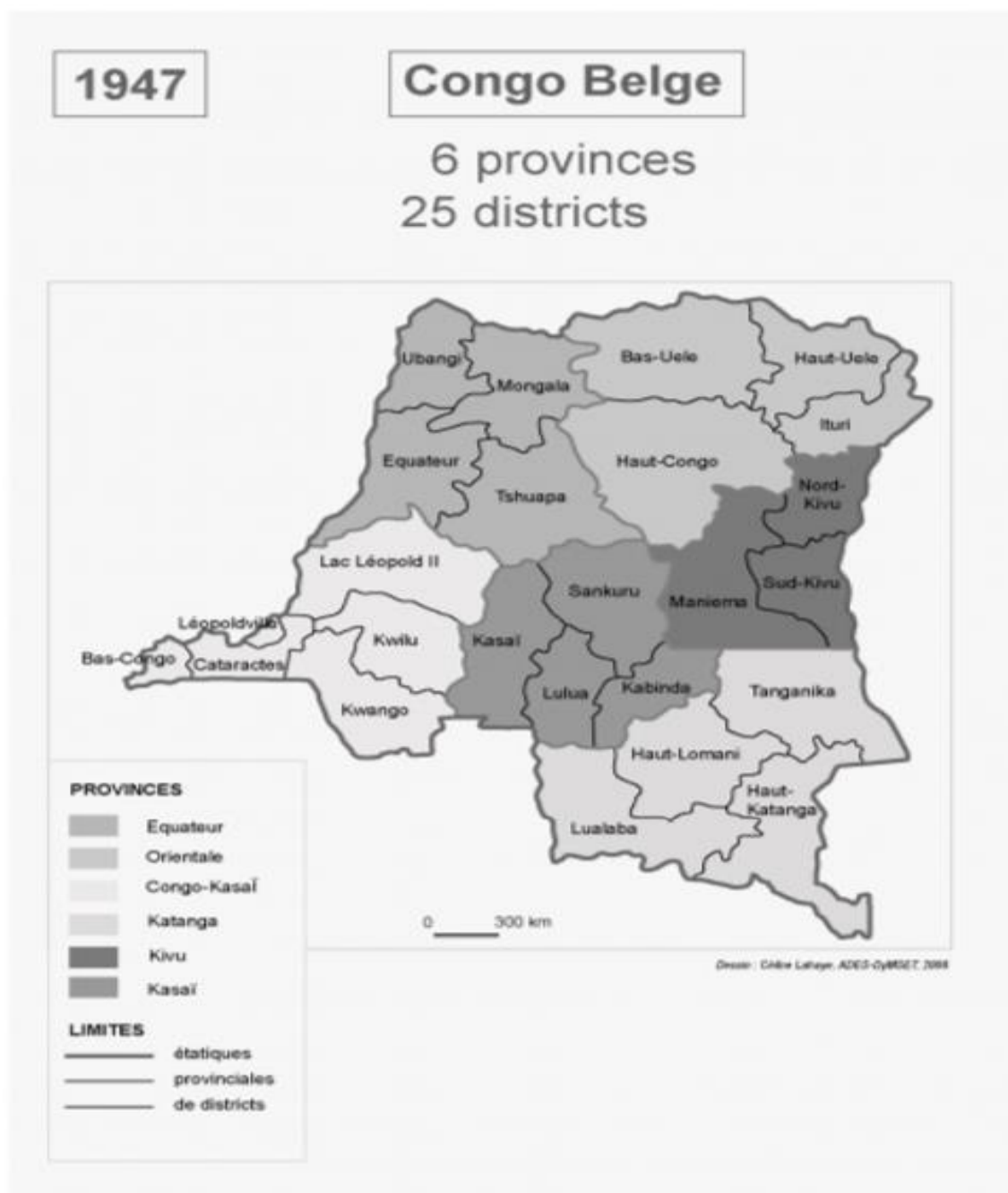
ANEXOS

Figura 11- O modelo de sociedades de castas interlacustres (século XIX)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em (M'Bokolo, 2007: 39)

Figura 12- Congo Belga (1947)



Fonte: Les nouvelles provinces de la République Démocratique du Congo : construction territoriale et ethnicités, Jean Claude Bruneau, Julho 2009 , p.4

Figura 13- República Democrática do Congo (1963)



Fonte: Les nouvelles provinces de la République Démocratique du Congo : construction territoriale et ethnicités, Jean Claude Bruneau, Julho 2009 , p.5

Figura 14 - República do Zaire (1988)



Fonte: Les nouvelles provinces de la République Démocratique du Congo : construction territoriale et ethnicités, Jean Claude Bruneau, Julho 2009 , p.4

Figura 15- Processo de Pacificação das províncias do Kivu (2008-2009)

Ato de negociação em Goma (Janeiro de 2008)	Acordo de Paz (23 de Março de 2009)
<ul style="list-style-type: none"> • Assinado entre o Governo, o CNDP e outros grupos armados e sociedade civil tendo como mediadores as Nações Unidas, a União Africana, a União Europeia e a CIRGL. • Abstenção de ataques, provocações ou sabotagens. • Monitorização dos grupos rebeldes • Reforço do Programa Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (PNDDR). • Criação de uma Subcomissão militar mista e de uma Subcomissão Humanitária e Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Assinado entre o Governo e o CNDP, tendo como mediadores UA, CIRGL e as NU • Transformação do CNDP num partido político, extinguindo-o como movimento político-militar. • Criação de um mecanismo nacional encarregue de definir e conduzir a política de reconciliação nacional e de luta contra a xenofobia • Uma reforma territorial em Kivu proposto pelo CNDP. • Reforma prioritária das FARDC e forças de segurança • Revisão da lei eleitoral – procedimento das votações • Preocupações com os refugiados, deslocados e famílias dos grupos rebeldes.
<u>Abandono das negociações</u>	<u>Abandono do acordo</u>

Fonte : Elaborado pelo autor